

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO

1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso

Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009

**MEMÓRIA, ARQUIVO E GÊNERO DO DISCURSO: REFLEXÕES
ACERCA DA (RE)CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA.**

Hélio Márcio Pajeú
heliopajeu@yahoo.com.br
Mestrando
Universidade Federal de São Carlos

O desígnio principal deste trabalho é refletir a relação da memória quanto um gênero do discurso e sua importância na reconstituição da história a partir de um acontecimento no qual se configura o arquivo, partindo de uma compreensão da obra cinematográfica *Narradores de Javé* (2000), assinada pelo dramaturgo brasileiro Luís Alberto de Abreu.

No enredo desta trama o vilarejo de Javé se encontra prestes a ser submerso pelas águas de uma represa que abastecerá uma hidrelétrica a ser construída na região. A fim de impedir a catástrofe, os habitantes de Javé resolvem escrever a história do povoado de forma gloriosa para transformá-lo em patrimônio e impedir tal acontecimento. Considerando que na cidade só há uma pessoa alfabetizada, esta é encarregada de recuperar a história de Javé através dos depoimentos dos moradores e documentá-la de forma “científica”, como é exigido pelos engenheiros da empresa responsável pela construção.

Esse processo de documentação da história a partir de uma memória social, considerando memória social na visão de Davallon (1999, p. 25) como “o que ainda é vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade”, é nomeado de história oral. Na concepção de Meihy (2005, p. 28), a história oral é “uma metodologia de pesquisa e também uma ferramenta de trabalho que possibilita a coleta de depoimentos individuais ou coletivos estabelecendo posturas e atitudes na história coletiva”.

No horizonte da história oral tudo tem história. Tudo é história. Constitui-se história desde que o surgimento do mundo toma caminho nas brumas das suposições, e de lá até nossos dias o tempo atravessa-a e alimenta-a, estabelecendo a história dos homens, das coisas, do mundo, etc., configurando e eternizando em nossa memória discursos estabelecidos e convenientes a cada época, a

cada instituição, a cada líder, a cada política, a cada contexto, etc. Este conjunto de fatos a que denominamos “história é na verdade o reino do inexato” (Le Goff, 1996, p. 21). Ao citar Heidegger, Le Goff (1997, p. 28) traz a história não como sendo somente a projeção que o homem faz do presente no passado, mas a projeção da parte mais imaginária do seu presente, a projeção no passado do futuro que ele escolheu. E ao versar acerca dos paradoxos e ambigüidades que a circunscrevem, coloca a visão que Marc Bloch¹ tinha da história, não como a ciência do passado, mas como a ciência dos homens no tempo.

Tradicionalmente, a história tem uma característica que consiste em privilegiar o papel dos indivíduos e, em especial, dos grandes homens. Ela tem sido encarada desde seus primórdios como um relato dos feitos dos grandes, a história de elite, com discursos e fatos que se tornaram cânones eternos da história geral. “[Ela] opera sempre com o que está dito, com o que é colocado para e pela sociedade em algum momento, em algum lugar” (Montenegro, 1994, p. 19), porém exclui os atores históricos, os sujeitos que participam ativamente da sua construção, como podemos observar no enunciado retirado de *Narradores de Javé*.

VADO – Eles os engenheiro, abriram os mapa na nossa frente e explicaram tudinho nos pormenor, nas miudeza. Tudo com os números, as fotos, um tantão delas. Iam ensinando pra gente os ganhos e os progresso que a usina vai trazer. Vão ter que sacrificar uns tanto pra beneficiar a maioria. **A maioria eu não sei quem são, mas nós é que somos os tantos do sacrificio.** (ABREU; CAFFÉ, 2004, p. 18)

Considerando que os habitantes de Javé foram quem construíram efetivamente a história daquele lugar, no momento da construção da represa esses atores históricos são marginalizados da história oficial, uma vez que o que entrará para a narrativa mítica que constituirá tal história será apenas o evento da construção da usina sendo apagada a estrutura que ali se estabelece, a história do cotidiano, *os tantos do sacrificio*. Vemos então aqui uma exclusão do povo da história, destes que a constroem paulatinamente.

Por se configurar como um movimento amplo, o processo de construção da história, não deve se arquitetar apenas de fragmentos importantes, ou considerados importantes, mas ressaltar que toda história, por mais singela que seja, é história, e que essa história gloriosa, documentada, se constrói de migalhas, como afirma o historiador francês François Dosse (1992).

Desta forma, faz-se necessário considerar a história oficializada não como a definitiva, a verdadeira, não como a representação fiel dos grandes fatos ocorridos, estes que ocupam maior espaço na memória dos homens, lida nos livros e aprendida na escola, mas considerá-la, sob uma outra perspectiva, a que Peter Burke (1992) centrando-se nas concepções da Nova História chama de “vista de baixo”. Para Sharpe (1992, p. 62) a história vista de baixo

ajuda a convencer aqueles de que nós, nascidos sem colheres de prata em nossas bocas, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar. Mas também

¹ Considerado um dos fundadores da Revista dos Annales.

desempenhar um importante papel, ajudando a corrigir e a ampliar aquela história política da corrente principal que é ainda o cânone aceito nos estudos históricos.

Assim, para Foucault (2005, p. 137) se encontra libertado o núcleo central da subjetividade fundadora, que permanece sempre por trás da história manifesta e que encontra, sob os acontecimentos, uma outra história, mais séria, mais secreta, mais fundamental, mais próxima da origem, mais ligada a seu horizonte último (e, por isso, mais senhora de todas as suas determinações).

História e Memória arraigam-se de sentidos que intimamente tecem relações com o passado, e é justamente através do passado que constituímos o presente, e por intermédio do presente caminhamos para o futuro, e são eles: o passado, o presente e o futuro, que compõem a tríade fundamental no entendimento e na formação da história geral. De acordo com Montenegro (1994, p. 18) podemos compreender história como “uma construção que, ao resgatar o passado [campo também da memória] aponta para formas de explicação do presente e projeta o futuro. Este operar, próprio do fazer histórico na sociedade, encontraria em cada indivíduo um processo interior semelhante (passado, presente, futuro) através da memória”. Isto reitera o que afirma Le Goff ao apregoar que ela, a história, “não só deve permitir compreender o ‘presente pelo passado’ – atitude tradicional – mas também compreender o ‘passado pelo presente’. Entender a história do contrário, sem cronologia do presente [início] ao passado [fim]” o que me leva a aquiescer o pensamento foucaultiano de um processo de construção histórico descontínuo.

Vivenciamos uma sociedade de literatura maciça que ressalta a soberania da escrita e sucumbe à palavra falada, tornando-a sem interesse em relação ao significado dado ao texto em um contexto em que o oral não é considerado. Devido ao orgulho que temos de sabermos ler e escrever, de sermos letrados, e ao respeito atribuído à palavra escrita, vivemos sob um domínio do documento escrito, das fontes oficiais e, por conseqüência disto há, de forma geral, certo descrédito às fontes orais, aos gêneros do discurso primários na (re)construção da história.

De acordo com Prins (1992, p. 163), os

historiadores das sociedades modernas, industriais e maciçamente alfabetizadas - ou seja, a maior parte dos historiadores profissionais – em geral são bastante céticos quanto ao valor das fontes orais na reconstrução do passado [...]; poucos aceitariam que tais materiais possam se tornar essenciais no estudo das sociedades modernas, documentadas devido a essa auto-valorização do documento dito oficial.

Percebe-se, pois, que a tradição oral, ao longo dos tempos, tem sido escamoteada do campo das ciências, o que engendra uma batalha entre as fontes orais (gêneros primários) e as escritas (gêneros secundários) na reconstrução da história, como podemos ver no trecho da obra de Abreu a seguir:

ZAQUEU – Pois foi aí mesmo, seu Firmino, ao contrário do que se pensa, que me acendeu uma esperançazinha: porque se Javé tem algo de bom são as histórias da origem, dos guerreiros lá do começo. **E isso gente, é história de patrimônio, história grande, acontecimento de fazer arregalar os olhos de morador de muita cidade e capital.**

DEODORA – E ocê disse isso pros engenheiro, Zaqueu? Desse jeitinho caprichado que ocê tá dizendo agora?

ZAQUEU – E não disse? Disse! **Mas não adiantou nada; aquele pessoal só acredita em documento firmado, em papel escrito!**

(ABREU; CAFFÉ, 2004, p. 21, grifos meus)

Enfrentamos, sem dúvida, a problemática que situa o debate entre a memória e o que se convencionou denominar história. No excerto acima vemos o embate traçado entre os gêneros do discurso primários e secundários na (re)construção da história, de uma lado a multiplicidade de sentidos atribuídos aos acontecimentos históricos representados pelos dos gêneros orais e do outro a estabilidade e o crédito dado aos gêneros documentados pela ciência. Essa descrença aos gêneros primários do discurso por conta da ciência é o pivô para a transformação no âmago dos gêneros discursivos, do primário (oral) ao secundário (escrito), não só para fundamentar a memória social como algo significativo na reconstrução da história, mas também como uma forma de possibilitar as comunidades a tomarem parte de sua história recuperada na ausência de documentos textuais, reiterando o resgate de sua identidade, de sua memória. Porquanto é ela “um elemento essencial do que costumamos chamar de *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (Le Goff, 1996, p 476). Pode-se observar a ocorrência desse fato no enunciado a seguir, em que um personagem da trama retoma a origem da povo da cidade e tem consciência de que essa história terá crédito ao se constituir em um gênero do discurso secundário, o livro.

VADO – Desculpe-me lhe falar, mas Javé vai afundar. A gente parece assim, meio prascóvio... Mas só parece. **Nóis aqui também viemo de gente de brava, de luta, de guerra. O livro vai provar, nos termo científico.**

(ABREU e CAFFÉ, 2004, p. 142, grifos meus)

Considerando que a história se configura de memórias documentadas, portanto, gênero do discurso secundário, é a partir de acontecimentos que se faz emergir o *arquivo*. Esses acontecimentos ocorrem a partir de atos singulares que tem valor na concepção da história, logo “podemos afirmar que a narrativa do acontecimento, sob sua forma singular e/ou coletiva, é a forma histórica mais acabada de experimentação do real ao longo da existência da humanidade”. (Guilhaumou, 2009, p. 138).

Ao dissertar sobre o arquivo Pêcheux (1997, p. 57) o considera, de forma ampla, como o conjunto de “documentos pertinentes sobre uma questão”. Essa perspectiva de arquivo parece de cunho materialista e tece ligações com os gêneros do discurso, uma vez que trata de um grupo de documentos nos mais variados suportes. Para Bakhtin (2003, p. 262) os gêneros do discurso “são determinados tipos de enunciados, que são diferentes de outros tipos, mas têm como estes uma natureza verbal (lingüística) comum”.

Considerando, pois, a transformação da memória, quanto gênero primário, coletada através da história oral e transformada em livro, assim como ocorre na obra analisada, temos a passagem de um gênero primário do discurso a um gênero secundário, em que este

aparece em circunstâncias mais complexas e evoluídas, [eles] absorvem e transmutam os gêneros primários, esses por sua vez ao se tornarem componentes dos secundários adquirem uma característica particular. (BAKHTIN 2003, p. 281)

Diferentemente de Pêcheux, Foucault ao considerar a descontinuidade no processo de construção da história envereda por outros caminhos os sentidos para definir o que seja arquivo. Para ele,

ao invés de vermos alinharem-se, no grande livro mítico da história, palavras que traduzem, em caracteres visíveis, pensamentos constituídos antes e em outro lugar, temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de arquivo. (FOUCAULT, 2005, p.146)

A esta visão de arquivo se aproxima o que apregoa Guilhaumou e Maldidier (1994, p.165) ao considerar que ele “não é o reflexo de uma realidade institucional, ele é dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social”. Guilhaumou (2009, p. 125) defende ainda que “o arquivo não é um simples material de onde se extraem fatos de maneira referencial; ele participa, sobretudo de um gesto de leitura no qual se atualizam as configurações significantes de enunciados atestados”.

Para Foucault, arquivo não é algo fechado, limitado tal qual parece a visão pêcheutiana, para ele o arquivo trata do sistema de *enunciabilidade* discursiva, o que nos permite indagar: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? Foucault (2005, p. 146-147) não entende por arquivo

a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documentos de seu próprio passado ou como testemunho de sua identidade mantida [...] O arquivo é de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. [...] o arquivo não é o que protege, apesar de sua fuga imediata, o acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, seu estado civil de foragido, é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, o sistema de sua enunciabilidade.

É para este teórico o arquivo *aquilo que pode ser enunciado, que pode ser dito*. Não o que pode ser dito no sentido de interdição, isso pode ser dito e isso não pode, mas no sentido de ser possível aparecerem certos enunciados que se configuram como acontecimentos. “Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas conseqüências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (Foucault, 2005, p. 31).

A percepção de arquivo que se liga a um acontecimento, temos no filme *Narradores de Javé*, quando da aparição de certos enunciados que se configuram como discursos a partir de um acontecimento histórico. Podemos observar esse movimento no conjunto de enunciados a seguir:

ZAQUEU – É isso mesmo: vão construir a barragem e Javé tá no caminho das águas, logo isso aqui tudo vira represa.

Escutem! Só não inunda se for patrimônio, não é assim?! Pois já sei o que temos de fazer: se até hoje ninguém escreveu, porque também nunca precisou, a grande história de Javé, então, agora nós mesmos é que

vamos escrever. Provar, por escrito, a importância de Javé. Vamos escrever a história do Vale de Javé! Vamos colocar no papel as histórias, gente! Desencavar da cabeça os acontecimentos de valor. Botar na escrita, fazer uma juntada de tudo que é importante e provar pras autoridades porque Javé tem de ter “tombamento”!

DEODORA – Tá certo! História grande, de valor, é o que não falta aqui!

ZAQUEU – Só que tem uma coisa: lá, eles me falaram que só tem validade se for um trabalho assim... Científico!

(ABREU; CAFFÉ, 2004, p. 17; 25; 26, grifos meus)

Nos enunciados acima percebemos um movimento que se configura como o que Foucault considera por arquivo. Na conjuntura dada a história da cidade de Javé não tinha sido escrita, não tinha sido enunciada, não se configurava em um gênero do discurso secundário, algo documentado, porque de acordo com o próprio personagem *nunca precisou*. A evento da construção da barragem que ameaça destruir a cidade é o que permite essa história ser enunciada, ela entra para o movimento da lei da enunciabilidade de certos discursos, qual seja, o arquivo, transformando tais enunciados em acontecimentos discursivos, sendo de tal forma constituídos em um gênero do discurso secundário, o livro.

A partir do momento que a história de Javé pode ser enunciada e é reconhecida a importância da transformação dos gêneros do discurso por parte dos atores históricos que vivem naquele local, essa transformação no interior dos gêneros é materializada, como se pode observar na fala de Zaqueu abaixo.

ZAQUEU – E desde então esta é a história de Javé que se conta, mas que também pode ser lida e relida por essas serras e por essas grotas sem fim. **Tá assentada em livro, correndo pelo mundo pra nunca ser esquecida.**

(ABREU e CAFFÉ, 2004, p. 170-171, grifos meus).

Deste modo, de acordo com Foucault (2005, p. 118) “vê-se que o enunciado não deve ser tratado [somente] como um acontecimento que se teria produzido em um tempo e lugar determinados, e que poderia ser inteiramente lembrado (e celebrado de longe)” ele se configura na verdade como um ato de memória.

Enquanto na Antiguidade, os gregos consideravam a memória um fato sobrenatural, um dom a ser colocado em prática, ao passo que seu transporte para um outro suporte fora do corpo do sujeito era visto como um enfraquecimento, concluímos nesta análise, um pressuposto que vai de confronto ao pensamento dos gregos, que a memória instaurada somente nos sujeitos perde sua força de significação como um aliado a história. Encaminho meus pensamentos na direção aos de Davallon (1999, p. 72) quando afirma que “para que haja memória é preciso que o acontecimento ou saber saia da insignificância”, e reitero que é preciso que esse saber, essa memória passe por uma transmutação de gêneros. E isso não quer dizer que a memória perca sua legitimidade, pois “o escrito desenvolve-se a par do oral e, pelo menos no grupo dos clérigos e literatos, há um equilíbrio entre a memória oral e a

memória escrita, intensificando-se o recurso ao escrito como suporte da memória” (LE GOFF, 1996, p. 450).

Desta forma, vê-se que a memória social que compõe a oralidade e que tem sido encoberta com certa destreza no campo das ciências, suscita uma peleja entre as fontes orais e as escritas. A memória ao ser considerada um gênero do discurso passível de transformação a partir do arquivo, pode ser consolidada na reconstrução da história, mesmo inserida em uma sociedade letrada, de literatura encorpada que enfraquece a palavra falada, tornando-a sem interesse em relação ao respeito e a soberania atribuída à palavra escrita, ao documento.

REFERÊNCIAS

ABREU, L. A.; CAFFÉ, E. Narradores de Javé. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2004. (Coleção Aplauso. Série Cinema Brasil).

ACHARD, P.; DAVALLON, J.; DURAND, J. L.; PÊCHEUX, M. ORLANDI, E. P. Papel da Memória. Tradução de José H. Nunes. Campinas – SP: Pontes, 1999.

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1997/2003.

BURKE, P. (org). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

DOSSE, F. A história em migalhas: dos *Annales* à Nova história. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: UNICAMP, 1992.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GUILHAMOU, J. Lingüística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos. Coordenação e organização da tradução Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

GUILHAMOU, J. MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso ao lado da história. In: ORLANDI, Eni P. (org). [et al]. Gestos de leitura: da história no discurso. Trad. de Bethânia Mariani [et al]. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

LE GOFF, JACQUES. História e memória. Tradução de Bernardo Leitão et. al. 4 ed. Campinas: UNICAMP, 1996. (Coleção Repertórios).

MONTENEGRO, A. I. História e memória: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1994.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (org). [et al]. Gestos de leitura: da história no discurso. Trad. de Bethânia Mariani [et al]. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PRINS, G. História oral. In: Burke, P. (org). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 163-198.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 39-62.

